

LEI Nº 9. 226 , DE 26 DE ABRIL DE 2024.

INSTITUI A POLÍTICA DE INCENTIVO À SEGURANÇA DOS MOTOTAXISTAS, MOTOBOYS E MOTOGIRLS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica instituída a Política de Incentivo à Segurança dos Mototaxistas, Motoboys e Motogirls no âmbito do Estado de Alagoas.
- **Parágrafo único.** Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se mototaxistas e motoboys os profissionais que exercem as atividades regulamentadas pela Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009.
- **Art. 2º** São diretrizes da Política de Incentivo à Segurança dos Mototaxistas, Motoboys e Motogirls de que trata esta Lei:
- ${\rm I-veiculação}$  de campanhas educativas de prevenção contra acidentes de trânsito envolvendo motociclistas;
- II desenvolvimento de programa de acompanhamento e tratamento médico de mototaxistas, motoboys e motogirls vítimas de acidentes de trabalho; e
- III concessão de incentivos fiscais, financeiros ou linhas de crédito, a fim de possibilitar a renovação da frota das motocicletas.
- **Art. 3º** Fica instituída a Política de Incentivo e Proteção às Mulheres que Trabalham como Motogirl no Estado de Alagoas, por meio das seguintes medidas:
- ${\rm I-incentivar}$  a denúncia de qualquer ato de discriminação ou assédio sexual contra as motogirls;
- II implementar ações de educação em segurança no trânsito especificamente voltadas para as motogirls, com foco em práticas seguras de condução e manutenção preventiva de veículos;
- III incentivar denúncia de casos de violência e assédio sexual contra as motogirls, fornecendo informações claras sobre como e onde fazer uma denúncia;
- IV instituir parcerias com organizações locais para oferecer apoio psicológico e jurídico às motogirls vítimas de assédio ou discriminação no trabalho;
- $V-{\rm garantir}$  que as motogirls tenham acesso a equipamentos de segurança adequados, inclusive por meio de subsídios ou programas de assistência; e



VI – incentivar a criação de associações ou cooperativas de motogirls, com o objetivo de fortalecer a representação dos profissionais e promover melhorias nas condições de trabalho.

**Art. 4º** As empresas de delivery e estabelecimentos comerciais que contratam os serviços de motogirls deverão providenciar treinamento específico para prevenção de assédio sexual e discriminação no ambiente de trabalho.

Art. 5° (VETADO).

Art. 6° (VETADO).

**Art.** 7º As ações programáticas de cumprimento ao disposto nesta Lei serão definidas em normas técnicas, garantida a participação de entidades associativas que representam os interesses das categorias profissionais na sua elaboração.

**Art. 8º** Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários à execução.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, He de abril de 2024, 208º da Emancipação Política e 136º da República.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS

Governador

A I A